

BOLSONARISMO SEM BOLSONARO?

Anita Leocadia Prestes

Desde o início do Governo Bolsonaro, os desmandos autoritários anunciados e as arbitrariedades cometidas pelo novo presidente e seu grupo assumiram inusitadas proporções levando a que as insatisfações - primeiro esboçadas e depois consubstanciadas principalmente junto a setores das camadas médias da população, de alguma forma comprometidas com a defesa do estado de direito e da democracia representativa, - concorressem para o surgimento da consigna “Fora Bolsonaro!”

Tais apelos encontraram repercussão em grande parte das manifestações de protesto contra diferentes medidas adotadas no decorrer dos quase três anos do atual governo, não obstante os obstáculos surgidos para a realização desses movimentos com a expansão da pandemia de vírus Covid-19.

Trata-se de uma consigna de fácil aceitação, uma vez que personaliza em Bolsonaro toda a responsabilidade pelas arbitrariedades do atual governo tanto no agravamento da crise econômica (desindustrialização, aumento do desemprego, crescimento da miséria, etc.) quanto pelos crimes cometidos contra a população ao não adotar as medidas mundialmente reconhecidas de combate ao vírus Covid-19. Uma consigna de fácil aceitação se considerarmos as arraigadas tradições “messiânicas” presentes na cultura brasileira de espera de um “salvador”, ou seja, um Messias. Quando os resultados do governo deste último revelam-se desastrosos, explode a indignação dirigida diretamente contra tal “salvador”, que teria deixado de cumprir seu papel regenerador da nação.

Os defensores da consigna “Fora Bolsonaro!” desconsideram na prática o caráter de classe e os interesses econômico-financeiros desse governo, comprometido com o poderio do grande capital financeiro internacionalizado, representado no Brasil de alguma forma pela “turma da Faria Lima” de São Paulo, assim chamada pela mídia.

Lembremos que, a partir de 2013, com o agravamento da situação econômica do país, provocada em grande medida pelas consequências da crise mundial sistêmica do capitalismo iniciada em 2008, assistimos uma explosão de insatisfação popular, habilmente manipulada pelos setores representativos do grande capital com ampla utilização dos recursos mediáticos. São conhecidas as consequências desses

acontecimentos: a preparação e a decretação injustificada do impeachment da presidente Dilma Rousseff e sua substituição por Michel Temer, os processos judiciais da *Lava Jato* e a prisão do ex-presidente Lula e, finalmente, em 2018 a eleição para a presidência da República de Jair Bolsonaro. Como é sabido, essa eleição resultou em grande parte do seu discurso antissistêmico e de uma ampla e coordenada, inclusive do exterior, campanha de *fake news*, ou seja, mentiras e invencionices contra o PT e Lula, explorando assim a insatisfação popular então presente. As estreitas ligações de Bolsonaro e sua família com as milícias do Rio de Janeiro e setores militares por ele favorecidos economicamente através de projetos de sua autoria aprovados durante os trinta anos em que foi deputado também contribuíram para essa eleição.

Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro foi um projeto patrocinado pelo Alto Comando do Exército, como é reconhecido pelo seu ex-comandante general Vilas Boas em livro recém-publicado. Os cerca de oito mil militares – muitos generais da ativa ou da reserva – encastelados em importantes cargos desse governo, recebendo polpudas remunerações, exercem na prática o poder de Estado a serviço dos interesses do grande capital. As tendências autoritárias e fascizantes do presidente são no fundamental apoiadas por esses militares, embora tal apoio não pareça contemplar a participação na deflagração de uma aventura golpista, conforme os intentos declarados de Bolsonaro. Vários desses generais fazem parte do chamado grupo dos “haitianos” – ex-comandantes das tropas brasileiras na operação Minustah no Haiti, período durante o qual foram influenciados pelas doutrinas militares das Forças Armadas dos EUA e convencidos de que o Brasil deveria ter seu destino atrelado aos interesses estadunidenses, ou seja, aos desígnios do imperialismo.

A eleição de Bolsonaro resultou da confluência desse projeto militar e do apoio do grande capital internacionalizado que, na falta de outro candidato elegível, apostou na dupla Bolsonaro / Paulo Guedes, sendo este último a garantia da implementação de políticas de caráter neoliberal, bem mais extremadas do que aquelas adotadas em períodos anteriores, que favorecessem os interesses imperialistas e da burguesia brasileira a eles associada e deles dependente. Evitava-se dessa forma uma vitória do PT e garantia-se a realização das reformas neoliberais demandadas nessa etapa pelo grande capital, que iriam provocar o agravamento da situação econômica e social dos trabalhadores brasileiros.

As consequências da política econômico-financeira antipopular conduzida pelo governo Bolsonaro e do desastroso e criminoso gerenciamento da pandemia de Covid-19, assim como o crescente isolamento do presidente junto às forças políticas nacionais e à comunidade internacional contribuíram para que, aliada ao “Fora Bolsonaro!”, surgisse a reivindicação de impeachment presidencial, medida que depende da vontade do presidente da Câmara dos Deputados de levá-la ao plenário e que não foi implementada até agora nem por Rodrigo Maia, seu presidente anterior, nem por Artur Lira, o atual. Na realidade, Bolsonaro, em sua defesa recorreu ao apoio do chamado *Centrão* no Congresso Nacional – grupo numeroso de parlamentares facilmente compráveis pelo poder Executivo através de práticas corruptoras. Dessa forma, a possibilidade de impeachment tornou-se cada vez menos provável.

De acordo com a Constituição, se fosse possível efetivar as consignas “Fora Bolsonaro!” e impeachment presidencial, isso significaria a substituição de Bolsonaro pelo vice-presidente eleito general Hamilton Mourão, o que não representaria mudança alguma na essência de classe do atual governo. Ficaria à frente da nação um governante mais “civilizado”, o que, entretanto, não levaria à adoção de medidas que correspondessem aos anseios do povo brasileiro.

Faltando um ano para as próximas eleições, o ex-presidente Lula, liberado de uma possível prisão nos processos judiciais que lhe foram impostos, aparece nas pesquisas eleitorais como candidato amplamente favorito frente ao projeto de reeleição de Bolsonaro. Em desespero de causa, o atual presidente recorre a múltiplos lances de caráter eleitoreiro visando manter e ampliar sua base de apoio, hoje reduzida em comparação com o quadro existente em 2018. Tanto as manifestações do último dia 7 de setembro por ele promovidas como, inclusive, seu discurso recente na Assembleia Geral da ONU foram dirigidos a esse público. As ameaças golpistas por ele difundidas com certa frequência na prática revelaram-se vãs e voltadas para a mobilização dos seus seguidores, uma vez que as cúpulas militares não se têm mostrado dispostas a apoiar semelhante aventura.

Diante do crescente desgaste de Bolsonaro tanto no âmbito nacional quanto na arena internacional, parte considerável dos representantes do grande capital internacionalizado tem se revelado preocupada com a possível eleição de Lula. Dada a gravidade atual da crise sistêmica mundial do capitalismo, para esses setores tornou-se indispensável levar adiante políticas pautadas por um novo patamar de receitas neoliberais, incluindo a privatização generalizada das empresas estatais e a

implementação radical de reformas voltadas para a garantia dos seus lucros e contrárias aos interesses da esmagadora maioria dos trabalhadores. O golpe jurídico-parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma foi dirigido nessa direção, pois as políticas do PT no governo, não obstante as concessões então feitas ao capital, já não se mostravam suficientemente aceitáveis para os desígnios desses setores da grande burguesia.

O economista Edmar Bacha, representante categorizado dos interesses neoliberais no Brasil (diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças e um dos autores do Plano Real), expressou com clareza a preocupação dos citados interesses do grande capital – para os quais as possíveis concepções de um governo Lula não inspiram confiança –, ao afirmar que “Bolsonaro é um risco à democracia do Brasil, e Lula, à economia”, concluindo que ele próprio “está 100% envolvido na busca por 3ª via” para as eleições de 2022. (*Folha de S.P.*, 12/9/2021, p.A23).

Na prática, está difícil articular essa 3ª via, dada a ausência de lideranças dos setores de oposição liberal com carisma e popularidade para tal. Diante do crescente desgaste de Bolsonaro junto a uma parcela significativa do eleitorado e, segundo as pesquisas eleitorais, a consolidação da candidatura Lula, a oposição liberal aderiu à consigna “Fora Bolsonaro”. Surgiu assim o “bolsonarismo sem Bolsonaro”, ou seja, a escolha de um candidato dessas forças capaz de impedir a reeleição do atual presidente, assim como a vitória de Lula, mantendo e aperfeiçoando as políticas econômicas neoliberais que, segundo tais setores, não estão sendo bem conduzidas por Paulo Guedes.

Verifica-se assim que, a partir da campanha “Fora Bolsonaro!”, chegou-se ao “bolsonarismo sem Bolsonaro”, uma hábil apropriação pelos maiorais do capital de uma consigna que adquirira certa popularidade, manipulando-a segundo seus interesses antipopulares e voltados contra os anseios dos trabalhadores.

Frente à tal adequação da campanha “Fora Bolsonaro” à busca de uma candidatura representativa dos setores de oposição liberal – à chamada 3ª via – ou, em outras palavras ao “bolsonarismo sem Bolsonaro”, setores das ditas “esquerdas”, como do PCdoB, do PDT, de Cidadania, de parte do PSOL, etc., têm aderido a essas manifestações com o pretexto de formar uma suposta “frente ampla” pela democracia.

Trata-se de compromisso espúrio de forças políticas autointituladas “de esquerda”, que na prática se põem a reboque dos interesses do grande capital na defesa de políticas de feição neoliberal e conteúdo claramente antipopular. Lembremos que V.I.

Lênin, o grande líder da Revolução Russa vitoriosa em outubro de 1917, admitia compromissos com as forças de direita desde que fossem para avançar na luta pelos objetivos revolucionários do proletariado. Compromisso com a direita para colocar-se a reboque de seus objetivos espúrios constitui traição aos interesses dos trabalhadores e da maioria do povo brasileiro.

De concessão em concessão, não se deve descartar a possibilidade de que, uma vez verificado o fracasso da escolha de um candidato da chamada 3ª via, a burguesia liberal venha a aceitar a reeleição de Jair Bolsonaro e investir em campanha dirigida nesse sentido, conforme editorial recente de *O Globo*, comentado pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares (*Jornal GGN*, 19/9/2021). Editorial no qual se diz que isso seria possível, se Bolsonaro “conseguisse mostrar ao mundo seu lado ‘Jair Peace and Love’ (...) e (...) talvez começasse a reverter os danos que seu governo causou ao país na cena internacional” (*O Globo*, 19/9/2021).

Podemos então perguntar: qual seria a posição das referidas “esquerdas” diante disso e perante a falência de sua anunciada “frente ampla”?

Mais uma vez, verificamos que a ausência de um movimento popular organizado e mobilizado por lideranças autênticas, comprometidas com os interesses legítimos dos trabalhadores, impede que tais anseios sejam efetivamente levados adiante no atual cenário político brasileiro. Mais uma vez, a ausência de organização popular poderá resultar no entendimento espúrio e na conciliação entre as classes dominantes. Enquanto não surgirem no Brasil lideranças populares dispostas a organizar, mobilizar e conscientizar os trabalhadores na luta por sua emancipação social e econômica, os interesses do grande capital internacionalizado continuarão a ser os dominantes no poder político do país.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX